

Termo de Referência 6/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2025	152757-INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	POLLYANA SECUNDO DE OLIVEIRA FERREIRA	22/04/2025 10:24 (v 7.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	26/2025	23426.000288.2025-83

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frota de veículos, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para abastecimento, manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais do IFRN - Campus Nova Cruz em rede de estabelecimentos conveniados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1								
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD P/ 24 MESES	UND	VALOR UNT ESTIM. (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 24 MESES (R\$)	DESC. MÉDIO	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) PARA 24 MESES COM DESC. MÉDIO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN - Campus Nova Cruz, para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	810	L	R\$ 6,30	R\$ 5.103,00	3,51%	R\$ 4.923,88
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN - Campus Nova Cruz, para	25372	9.908	L	R\$ 6,10	R\$ 60.438,80	3,51%	R\$ 58.317,40

	abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM							
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN - Campus Nova Cruz, para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	10.514	L	R\$ 6,15	R\$ 64.661,10	3,51%	R\$ 62.391,50
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN - Campus Nova Cruz	25518	2	UND	R\$ 26.000,00	R\$ 52.000,00	17,56%	R\$ 42.868,80
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN - Campus Nova Cruz	25518	2	UND	R\$ 65.000,00	R\$ 130.000,00	17,56%	R\$ 107.172,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO DE 24 MESES =						R\$ 312.202,90		R\$ 275.673,58

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados **da assinatura do Contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que **a necessidade contínua da operacionalização do serviço de transporte do IFRN - Campus Nova Cruz**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A *Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **10877412000168-0-000012/2025**;

II) Data de publicação no PNCP: **02/05/2024**;

III) Id do item no PCA: **61 e 62**;

IV) Classe/Grupo: **871 e 2540**;

V) Identificador da Futura Contratação: **152757-26/2025**;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. **As boas práticas sustentáveis descritas no Estudo Técnico Preliminar desta contratação;**

Subcontratação

4.5. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.16. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.16.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.16.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.16.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.16.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.16.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.17. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.20. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.20.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.21.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.21.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.21.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.22. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, **das 07:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas**.

4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.35.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.35.2. O pedido de vistoria deverá ser realizado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data pretendida.

4.35.3. A vistoria poderá agendada pelos e-mails diad.nc@ifrn.edu.br e cosgem.nc@ifrn.edu.br.

4.35.4. A vistoria poderá ser comprovada por meio de atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento.

4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **a partir da assinatura do contrato.**

5.2. Na implantação dos sistemas e procedimentos necessários ao atendimento deste objeto, a Licitante CONTRATADA deverá providenciar o(a):

5.2.1. Cadastramento inicial dos veículos e usuários;

5.2.2. Estudo da logística da rede de atendimento para ratificação do IFRN - Campus Nova Cruz, incluindo as possibilidades e limitações por localidade;

5.2.3. Apresentação e implantação da estrutura do Sistema de Gestão;

5.2.4. Disponibilização dos créditos nos cartões dos veículos do IFRN - Campus Nova Cruz;

5.2.5. Implantação dos sistemas tecnológicos e respectivos acessos;

5.2.6. Treinamento dos usuários Gestores/fiscalizadores no IFRN - Campus Nova Cruz, podendo ser efetuado por meio eletrônico.

5.3. Durante a execução do objeto, a Licitante CONTRATADA deverá:

5.3.1. Ministrar treinamento aos usuários diretos dos recursos do Sistema de Gestão e correlatos, bem como os condutores dos veículos, orientando-os sobre a correta utilização dos serviços, todos podendo ser por meio eletrônico;

5.3.2. Apontar ao Gestor/fiscal do contrato a ocorrência de desvios ou operações suspeitas;

5.3.3. Sempre que solicitado pelo IFRN - Campus Nova Cruz, ampliar a rede de postos ou oficinas credenciadas dentro das localidades já atendidas ou incluindo outras localidades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do referido pedido;

5.3.4. Deverá reembolsar pontualmente a rede credenciada de estabelecimentos, pelo objeto consumido pelo IFRN - Campus Nova Cruz, uma vez que é de sua exclusiva responsabilidade responder por esse pagamento;

5.4. Demais atividades relacionadas a execução do objeto constam no Estudo Técnico Preliminar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.5. A futura contratada deverá prestar serviços de administração e gerenciamento de serviços de manutenção e de abastecimento necessários ao correto funcionamento dos veículos de forma CONTINUADA, por intermédio de rede credenciada, com utilização de sistema informatizado, que possa atender todas as marcas e modelos de veículos pertencentes à frota do IFRN Campus Nova Cruz.

5.6. Deverá ser garantido, durante toda a vigência do contrato, que a rede credenciada apta a realizar os serviços de abastecimento e de manutenções preventivas e corretivas e que o

fornecimento de peças, equipamento e acessórios possua estabelecimentos/lojas/oficinas preferencialmente no município sede (NOVA CRUZ/RN) do órgão, ou em um raio máximo de 120 (cento e vinte) quilômetros, a considerar a localização do Campus Nova Cruz.

5.7. Os cartões destinados à frota deverão ser entregues no IFRN - Campus Nova Cruz, situado na Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.

Rotinas a serem cumpridas

5.8. A execução contratual observará as rotinas **abaixo**:

5.8.1. A Contratada deverá credenciar um preposto, que poderá ser estabelecido na localidade sede da Contratante ou com exercício via atendimento remoto, que atuará ininterruptamente durante toda a vigência do contrato, para prestar esclarecimentos, acompanhar, atender às reclamações e demandas que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones fixos, celulares, endereços eletrônicos, bem como qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados. Caso seja necessária a presença física do preposto para a resolução de alguma demanda do Contrato, a Contratante poderá fazer esta solicitação junto à Contratada;

5.8.2. Cabe a Contratada realizar diligências, em caso de necessidade, após notificação da Contratante, sobre ações imperfeitas de oficinas credenciadas, bem como atuar nos esclarecimentos necessários e pertinentes que forem solicitados;

5.8.3. Deve ser realizado o credenciamento de novos estabelecimentos sempre que houver interesse da Contratante, sendo a Contratada responsável por toda a avaliação dos critérios de aceitação (legislações, políticas de sustentabilidades, estrutura física, etc.).

Materiais a serem disponibilizados

5.9. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, promovendo sua substituição quando necessário.*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.10. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.10.1. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao pagamento de despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas, seguros e demais encargos relativos aos serviços e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;

5.10.2. Os percentuais de desconto informados na proposta serão inalteráveis durante toda a vigência contratual incluído possíveis prorrogações ou repactuações, salvo aumento de desconto mais favorável para Administração Pública.

5.10.3. Durante todo o período contratual, o percentual de desconto cotado na proposta da licitante vencedora incidirá sobre os valores correspondentes aos créditos efetivamente utilizados por cada cartão magnético.

5.10.4. NÃO deverão ser alterados na proposta os valores estimados de consumo de abastecimento e manutenção para o período de 24 meses, pois estes valores compõem o valor do contrato para montante disponível para abastecimento e manutenção dos veículos da frota durante sua vigência.

5.10.5. A única variável para apresentação da proposta é o percentual de DESCONTO aplicado sobre o valor estimado para a contratação de 24 meses para cada item que não poderá ser menor que o percentual de desconto estimado neste Termo de Referência.

5.10.6. A CONTRATADA não poderá cobrar taxa de administração pela gestão da frota, e sim deduzir na fatura, de consumo, o desconto (em porcentagem) ofertado na sua proposta formalizada.

5.11. A frota atual do Campus Nova Cruz dispõe dos seguintes veículos:

Fabricante	Modelo	Combustível	Cor	Ano/ Fabr.	Ano/ Modelo
FORD	RANGER XL 13P	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	BRANCA	2011	2011
VW	COMIL CAMPIONE R	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	PRATA	2011	2011
FORD	TRANSIT 350 L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	BRANCA	2011	2011
FORD	RANGER XL 13P	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	BRANCA	2009	2009

5.12. Conforme a coluna "DESC. MÉDIO" da tabela DO SUBITEM 1.1 deste Termo de Referência, o percentual mínimo de desconto para prestação de serviços de administração e gerenciamento de abastecimento de combustíveis (itens de 1 a 3) é de 3,51% e o percentual mínimo de desconto para o gerenciamento de manutenção de veículos, serviços e peças, (itens de 4 e 5) é de 17,56%.

5.13. O desconto incidirá sobre a fatura de consumo, sobre os valores dos materiais, peças, componentes, manutenções preventivas, corretivas, abastecimentos e outros serviços efetivamente consumidos ou realizados.

5.14. Sobre o valor contratual deverão estar inclusos os custos para emissão da primeira via dos cartões, que não podem ser cobrados na fatura de consumo da Contratante.

5.15. A proposta que não apresentar desconto igual ou maior que o mínimo estimado será imediatamente desclassificada.

5.16. Os descontos ofertados para os itens servirão para identificar a proposta vencedora e para aferir o percentual que incidirá sobre as despesas com ambos os itens durante a execução do contrato.

5.17. A empresa vencedora será aquela que apresentar o maior desconto para o grupo, resultante do somatório dos valores totais dos itens, após incidência dos descontos para os respectivos itens.

Especificação da garantia do serviço

5.18. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.19. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto **ou com exercício via atendimento remoto durante todo o período de vigência do contrato.**

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.60. Cabe ao gestor do contrato:

6.60.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.60.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.60.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.60.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.60.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.60.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.60.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo I**.*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal da execução do objeto**.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a

verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
[A7]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.74. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **na data da proposta**.

7.76. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.77. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.78. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.79. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.80. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.81. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.82. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.83. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.84. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.86. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.87. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.88. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte) dias**.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela*

inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

*8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **1% (um por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

*8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.*

*8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

*8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Conforme a coluna "DESC. MÉDIO" da tabela DO SUBITEM 1.1 deste Termo de Referência, o percentual mínimo de desconto para prestação de serviços de administração e gerenciamento de abastecimento de combustíveis (itens de 1 a 3) é de 3,51% e o percentual mínimo de desconto para o gerenciamento de manutenção de veículos, serviços e peças, (itens de 4 e 5) é de 17,56%.

9.5. A proposta que não apresentar desconto igual ou maior que o mínimo estimado será imediatamente desclassificada.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnico-Operacional

9.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.37.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

*9.37.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **12 (doze) meses** do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.37.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.37.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.45. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.46. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.50. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.50.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.50.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.50.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.50.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.50.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.50.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.50.6.1. ata de fundação;

9.50.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.50.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.50.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.50.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.50.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.50.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 312.202,90 (trezentos e doze mil e duzentos e dois reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos **no anexo II**.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: **26435/152757**;

- II) Fonte de recursos: **1000000000**;
- III) Programa de trabalho: **231796**;
- IV) Elemento de despesa: **339039**; e
- V) Plano interno: **L20RLP01ADN**.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

-

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.3. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.4. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.4.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.4.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.4.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.4.4. *Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*

2.4.5. *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e*

2.4.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.5. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.6. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. *Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço **ou em atendimento via remoto** para representá-lo na execução contratual.*

4.1.2. *A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.*

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4. 1.22. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.1.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

17. 5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com

registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

18. 6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

6.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

6.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

6.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.8.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.9.3. Indenizações e multas.

6.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

19. 7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

20. 8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

21. 9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal **do Rio Grande do Norte**, Seção Judiciária de **Natal** para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

22. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

-

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

POLLYANA SECUNDO DE OLIVEIRA FERREIRA

Membro da comissão de contratação

ARY TORRES DE ARAUJO NETO

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - IMR.pdf (88.75 KB)
- Anexo II - ANEXO II - PESQUISA DE PRECOS.pdf (332.95 KB)
- Anexo III - ANEXO III - MODELO DE DECLARACAO DE VISTORIA.pdf (83.99 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - DECLARACAO DE RENUNCIA DE VISTORIA.pdf (81.44 KB)
- Anexo V - ANEXO V - ETP N. 02_2025_FINAL.pdf (513.04 KB)



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte
Campus Nova Cruz

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. O Instrumento de Medição de Resultados (nomenclatura da IN 05/2017 do MPDG para o Acordo de Nível de Serviço) é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor ou, por grupo de servidores constituindo a fiscalização designada para tal.
2. Dessa forma, busca-se incluir critério de performance para o serviço de gerenciamento do fornecimento de combustíveis, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
3. O relatório de qualidade será obtido por meio da nota obtida na avaliação periódica efetuada pelo servidor responsável ou pela comissão.
4. Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.
5. Fiscalização:
 - 5.1. A avaliação periódica será executada pelo servidor responsável pela Fiscalização constituída por servidores formalmente designados pela CONTRATANTE.
 - 5.2. Serão considerados como abastecimentos fracassados todos os abastecimentos que não forem realizados no sistema de abastecimento, como falha no sistema, falta de combustível, descredenciamento não comunicado, etc.
 - 5.3. Serão considerados como manutenções fracassadas todos os serviços que não forem realizados no sistema de gerenciamento, como falha no sistema, descredenciamento não comunicado, etc.
 - 5.4. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em indicadores, conforme a tabela abaixo:

INDICADOR 1 - Porcentagem de abastecimentos bem-sucedidos em relação ao total de abastecimentos pretendidos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o abastecimento dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando no abastecimento
Meta a cumprir	98% ou mais de abastecimentos efetivamente realizados em comparação com o total de abastecimentos pretendidos pela CONTRATADA
Instrumento de Medição	Abastecimentos realizados com êxito
Forma de acompanhamento	Sistema informatizado
Mecanismo de cálculo	Percentual de abastecimentos não fracassados em relação ao total de abastecimentos realizados As = quantidade de abastecimentos bem-sucedidos Af = quantidade de abastecimentos fracassados $IMR = As / (As + Af)$
Periodicidade	Mensal
Início de Vigência	Concomitante ao início da prestação do serviço contratado.
Faixa de ajustes no pagamento	$IMR \geq 98\%$: 100% do valor da nota fiscal $95\% \leq IMR < 98\%$: 95 % do valor da nota fiscal $IMR < 95\%$: 90 % do valor da nota fiscal, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência
Observações	

INDICADOR 2 - Porcentagem de manutenções bem-sucedidas em relação ao total de serviços pretendidos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a manutenção dos veículos, por meio da disponibilidade do sistema e das instalações dos estabelecimentos credenciados quando na execução contratual
Meta a cumprir	98% ou mais de manutenções efetivamente realizados em comparação com o total de abastecimentos pretendidos pela CONTRATADA
Instrumento de Medição	Manutenções realizadas com êxito
Forma de acompanhamento	Sistema informatizado
Mecanismo de cálculo	Percentual de manutenções não fracassadas em relação ao total de manutenções realizados As = quantidade de manutenções bem sucedidos Af = quantidade de manutenções fracassadas $IMR = As / (As + Af)$
Periodicidade	Mensal
Início de Vigência	Concomitante ao início da prestação do serviço contratado.
Faixa de ajustes no pagamento	$IMR \geq 98\%$: 100% do valor da nota fiscal $95\% \leq IMR < 98\%$: 95 % do valor da nota fiscal $IMR < 95\%$: 90 % do valor da nota fiscal, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência
Observações	

6. O relatório da avaliação deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à CONTRATADA com prazo aberto para manifestação.
7. As eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
8. Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.
9. A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das sanções previstas no contrato.

Observações e Justificativas pertinentes:

Assinatura Eletrônica do Fiscal



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal/RN - CEP 59015-300
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

MCPP 2/2025 - DIAD/DG/NC/RE/IFRN

MAPA COMPARATIVO DE PESQUISA DE PREÇOS

Processo: 23426.000288.2025-83

Objeto: Contratação de empresa para gerenciamento de abastecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva de veículos (serviço de mão de obra e fornecimento de peças)

Requisitante: Rafael de Mello Gouveia Peixoto (1340184) - COSGEM/NC

1. PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços foi realizada observando as orientações contidas na lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e mediante a utilização dos parâmetros da IN SEGES/ME nº 65/2021, tendo sido todo o processo de pesquisa consolidado no presente documento. Foram pesquisados preços praticados em compras públicas, portanto, os preços foram consultados pela ferramenta painel de preços, considerando a data da compra dentro do período de 1 ano da data desta pesquisa de preços.

2. METODOLOGIA DOS PREÇOS COLETADOS

Para a análise dos preços coletados, foi utilizada uma metodologia contida no Manual de orientação Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ), disponível no link: "<https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/MOP/article/download/11587/11711>". Fonte: BRASIL, Superior Tribunal de Justiça (STJ). Manual de Orientação Pesquisa de Preços. 4. ed. Brasília: STJ, 2021. 50 f.

A pesquisa de preços foi realizada no site oficial do governo: a ferramenta Painel de Preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), observando as contratações similares feitas pela Administração Pública, durante o período de um ano da data da pesquisa de preços e considerando apenas os órgãos da esfera Federal, conforme lei nº 14.133/2021.

A estimativa das quantidades do objeto em estudo foi baseada em aspectos técnicos, bem como no histórico das últimas contratações. Dada a grande variedade de serviços e peças que um veículo pode demandar, seria impraticável prever todos eles em itens específicos dentro do processo. Isso porque correríamos o risco tanto de não colocar a peça ou serviço que viriam a ser demandados, quanto de colocá-los e não os utilizar. Sendo assim, esse tipo de contratação é melhor atendida com a contratação por demanda, utilizando como critério de julgamento, o maior desconto sobre o valor.

A estimativa do valor da contratação foi obtida com base no histórico de manutenções e considerando as demandas acumuladas, bem como as demandas futuras, que inevitavelmente ocorrerão e para a estimativa dos combustíveis, observou-se o histórico do consumo da quantidade destes nos últimos anos no IFRN - Campus Nova Cruz e seu preço médio foi verificado nos dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), considerando os preços praticados no estado do Rio Grande do Norte, já que esses dados dentro do painel de preços podem variar de estado para estado. Por fim, é importante informar que foram realizadas consultas em Atas de contratações similares para identificar o percentual de desconto médio que estão sendo aplicadas para a administração do sistema de gerenciamento.

3. MEMÓRIA DE CÁLCULO

A memória de cálculo dos indicadores envolveu:

- Média amostral (\bar{x}) que corresponde à soma dos preços das amostras (x) que compõem a pesquisa do item analisado, dividida pelo número de amostras (n) que compõem a pesquisa desse item, conforme fórmula a seguir:

$\bar{x} = \sum(x_i)/n$ OU usando a fórmula do Excel "=MÉDIA(x_i)"

- Desvio-padrão amostral (s) que corresponde a raiz quadrada da variância (s²) dos preços das amostras que compõem a pesquisa do item, conforme fórmula a seguir:

$s = \sqrt{\{1/(n-1)\} \cdot [\sum(x_i - \bar{x})^2]}$ OU usando a fórmula do Excel "=DESPAD.A(x_i)"

- Coeficiente de Variação (CV) que é uma medida de dispersão, calculada a partir do desvio-padrão amostral (s) dividido pela média amostral (\bar{x}), multiplicado por 100 para o valor ficar em porcentagem, conforme fórmula a seguir:

$CV = (s / \bar{x}) \cdot 100$

4. MAPA E ANÁLISE DA PESQUISA DE PREÇOS

A parte da análise da pesquisa de preços foi dividida em três tópicos: Serviços e Peças de Manutenção de Veículos; Gerenciamento de Abastecimento com Combustíveis e Percentual de Desconto Médio da Administração do Gerenciamento da Frota.

4.1. Serviços e Peças de Manutenção de Veículos

A pesquisa está sintetizada no quadro abaixo:

Tabela 1 - Valores, em reais, gastos em peças e serviços de manutenção veicular no IFRN - Campus Nova Cruz em 2024

MÊS	SERVIÇO	PEÇAS
JAN	R\$ 2.925,00	R\$ 10.618,00
FEV	R\$ 2.660,00	R\$ 1.952,00
MAR	R\$ 3.817,80	R\$ 9.468,00
ABR	R\$ 2.810,00	R\$ 4.553,00
MAI	R\$ 1.360,00	R\$ 1.560,00
JUN	R\$ 850,00	R\$ 798,00
JUL	R\$ 900,00	R\$ 2.075,50
AGO	R\$ 570,00	R\$ 6.969,00
SET	R\$ 656,00	R\$ 2.069,00
OUT	R\$ -	R\$ -
NOV	R\$ 783,00	R\$ 1.960,98
DEZ	R\$ -	R\$ -
TOTAL	R\$ 17.331,80	R\$ 42.023,48

Conforme a Tabela 1 o valor total utilizado no ano de 2024 foi de R\$ 17.331,80 para serviços em veículos e R\$ 42.023,48 para peças.

	SERVIÇO	PEÇAS
TOTAL	R\$ 17.331,80	R\$ 42.023,48
VALOR ARRED.	R\$ 20.000,00	R\$ 50.000,00
VALOR ANUAL + MARGEM	R\$ 26.000,00	R\$ 65.000,00

Em seguida, o valor histórico obtido de 2024 foi arredondado para um valor superior, pois o ano de 2024 foi atípico para a Instituição devido a greve dos servidores o que pode ter influenciado em um valor menor, além de ser um valor que possui um próprio desconto incluso, além disso, estimou-se uma margem a mais de 30% para suprir imprevistos internos e externos da Instituição, como a própria inflação, a alta de preços do mercado, eventual mudança nas regulamentações exigindo maiores manutenções, possíveis maiores necessidade de manutenção devido ao tempo da frota e a frequência de uso e outros imprevistos.

Portanto, o valor estimado anual para serviços calculado foi de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) e de peças foi de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Se tratando de uma contratação de 24 meses, o valor estimado é de **R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)** para serviços e de peças é de **R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)**.

4.2. Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis

Para a estimativa de preços dos combustíveis, inicialmente analisou-se o consumo dos combustíveis do IFRN - Campus Nova Cruz nos últimos anos: 2022, 2023 e 2024, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Consumo de combustíveis no IFRN - Campus Nova Cruz nos anos de 2022, 2023 e 2024.

2022			
CONSUMO COMBUSTÍVEL	2022 (L)	2022 (R\$)	MEDIA R\$/L
GASOLINA	311,15	R\$ 2.143,70	R\$ 6,89
DIESEL COMUM	3.810,45	R\$ 26.496,48	R\$ 6,95
DIESEL S 10	786,68	R\$ 5.534,36	R\$ 7,04
TOTAL	4.908,28	R\$ 34.174,54	R\$ 20,88
2023			
CONSUMO COMBUSTÍVEL	2023 (L)	2023 (R\$)	MEDIA R\$/L
GASOLINA	157,37	R\$ 871,74	R\$ 5,54
DIESEL COMUM	1.546,41	R\$ 9.438,76	R\$ 6,10
DIESEL S 10	4.043,53	R\$ 22.377,72	R\$ 5,53
TOTAL	5.747,31	R\$ 32.688,22	R\$ 17,18
2024			
CONSUMO COMBUSTÍVEL	2024 (L)	2024 (R\$)	MEDIA R\$/L
GASOLINA	209,25	R\$ 1.256,65	R\$ 6,01
DIESEL COMUM	1.893,47	R\$ 11.700,50	R\$ 6,18
DIESEL S 10	2.413,42	R\$ 14.971,16	R\$ 6,20
TOTAL	4.516,14	R\$ 27.928,31	R\$ 18,39

Analisando a tabela acima, percebe-se uma certa variação do consumo ao longo dos anos, pois essa variação depende muito das frequências das viagens, distância, quantidade de eventos, etc. Um fator a ser considerado na variação no último ano, 2024, é que neste ano houve a greve dos servidores que durou 3 meses, fato que pode ter impactado na quantidade do consumo de combustíveis. Portanto, para ter uma margem segura da quantidade de combustíveis, usou-se os valores máximos de consumo nesses últimos 3 anos e mais uma margem de 30% para suprir qualquer necessidade imprevista, conforme pode observar na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Quantidade estimada do LITRO de combustíveis.

CONSUMO COMBUSTÍVEL	MÁXIMO CONS. (L)	MÁX + 30%	ARRED. (L) P/ 12 MESES	QNT. ESTIMADA P/ 24 MESES
GASOLINA	311,15	404,50	405	810
DIESEL COMUM	3.810,45	4.953,59	4.954	9.908
DIESEL S 10	4.043,53	5.256,59	5.257	10.514
TOTAL	8.165,13	10.614,67	10.616	21.232

Por fim, as quantidades obtidas foram arredondadas, desta forma, as quantidades foram: 405 L para gasolina, 4.954 L para Diesel Comum e 5.257 L para Diesel S 10.

A outra etapa foi estimar o valor médio unitário do preço do Litro dos combustíveis que foram obtidos do site da ANP no estado do Rio Grande do Norte, considerando os últimos 12 dados mensais mensais, conforme Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Dados dos preços médios dos combustíveis extraídos do site da ANP.

VALORES MÉDIOS ANP	GASOLINA	DIESEL COMUM	DIESEL S 10
	R\$ 6,05	R\$ 5,89	R\$ 5,98
	R\$ 5,95	R\$ 5,90	R\$ 6,00
	R\$ 6,16	R\$ 5,97	R\$ 5,99
	R\$ 6,19	R\$ 5,96	R\$ 5,97
	R\$ 6,51	R\$ 6,20	R\$ 6,25
	R\$ 6,51	R\$ 6,16	R\$ 6,22
	R\$ 6,18	R\$ 6,03	R\$ 6,06
	R\$ 6,35	R\$ 6,10	R\$ 6,10
	R\$ 6,25	R\$ 6,09	R\$ 6,11
	R\$ 6,46	R\$ 6,17	R\$ 6,25
	R\$ 6,28	R\$ 6,19	R\$ 6,22
	R\$ 6,72	R\$ 6,57	R\$ 6,59
MÉDIA	R\$ 6,30	R\$ 6,10	R\$ 6,15
CV (%)	3%	3%	3%

Com o preço médio do Litro obtido de cada combustível, foi possível estimar o valor para atender as necessidades do IFRN - Campus Nova Cruz, conforme Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 - Valor Total Estimado de Combustíveis para o IFRN - Campus Nova Cruz.

CONSUMO COMBUSTÍVEL	QTD ESTIM. (L) P/ 12 MESES	QTD ESTIM. (L) P/ 24 MESES	VALOR UNT ESTIM. (R\$)	V. TOT. ESTIM. 12 MESES (R\$)	V. TOT. ESTIM. 24 MESES (R\$)
GASOLINA	405	810	R\$ 6,30	R\$ 2.551,50	R\$ 5.103,00
DIESEL COMUM	4.954	9.908	R\$ 6,10	R\$ 30.219,40	R\$ 60.438,80
DIESEL S 10	5.257	10.514	R\$ 6,15	R\$ 32.330,55	R\$ 64.661,10
TOTAL				R\$ 65.101,45	R\$ 130.202,90

Portanto, o valor estimado total considerando o período de 24 meses para Gasolina é de **R\$ 5.103,00 (cinco mil e cento e três reais)**; para o Diesel Comum é de **R\$ 60.438,80 (sessenta mil e quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)** e para o Diesel S 10 é de **R\$ 64.661,10 (sessenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e um reais e dez centavos)**.

4.3. Percentual de Desconto Médio

O percentual do desconto médio foi estimado observando contratações similares no painel de preços, observando-se aquelas feitas na esfera federal e dentre um ano da data da pesquisa de preços, conforme Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 - Quadro de Preços do Desconto Percentual Médio de Gerenciamento de Frota.

DESCONTO PERCENTUAL DE GERENCIAMENTO DE FROTA						MÉDIA	CV (%)
ABASTECIMENTO - 25372	2,10%	3,70%	3,87%	3,90%	3,98%	3,51%	22,64%
	P: 90002/2024 - U: 195021 - 30/12/2024	P: 90004/2024 - U: 158199 - 18/06/2024	P: 90023/2024 - U: 135012 - 16/08/2024	P: 90337/2024 - U: 393024 - 07/02/2025	P: 90005/2024 - U: 153066 - 30/04/2024		
SERVIÇOS - MANUTENÇÃO - 25518	12,61%	16,05%	18,12%	20,01%	21,00%	17,56%	19,09%
	P: 90003/2024 - U: 389345 - 12/08/2024	P: 90007/2024 - U: 130056 - 06/09/2024	P: 90016/2024 - U: 926094 - 26/11/2024	P: 90045/2024 - U: 158350 - 09/05/2024	P: 90045/2024 - U: 158350 - 09/05/2024		

PEÇAS - MANUTENÇÃO - 25518	12,61%	16,05%	18,12%	20,01%	21,00%		
FONTE	P: 90003/2024 - U: 389345 - 12/08/2024	P: 90007/2024 - U: 130056 - 06/09/2024	P: 90016/2024 - U: 926094 - 26/11/2024	P: 90045/2024 - U: 158350 - 09/05/2024	P: 90045/2024 - U: 158350 - 09/05/2024	17,56%	19,09%

Durante a pesquisa, observou-se os descontos para o gerenciamento do abastecimento de combustíveis, de serviços de manutenção de veículos e de peças de manutenção, assim, utilizando os valores encontrados, foi obtido uma média de 3,51% para gerenciamento de combustíveis; de desconto de 17,56% para serviços e de 17,56% para peças.

A média dos valores encontrada está abaixo da mediana e o coeficiente de variação está abaixo de 25%, o qual pode considerar que os valores são homogêneos, conforme p. 28 do Manual de orientação Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

5. CONCLUSÕES

Tendo em vista a pesquisa de preços, conforme preconiza a IN SEGES/ME nº 65/2021, buscou-se preços de compras públicas federais.

Para esta contratação, os valores estimados são conforme a Tabela 7 abaixo.

Tabela 7 - Valores estimados para a contratação.

CONSUMO	QTD ESTIM. 12 MESES	QTD ESTIM. 24 MESES	UND	VALOR UNT ESTIM. (R\$)	V. TOT. ESTIM. 12 MESES (R\$)	V. TOT. ESTIM. 24 MESES (R\$)	DESC. MÉDIO	V. TOT. ESTIM. P/ 24 MESES (R\$) COM DESC. MÉDIO
GASOLINA	405	810	L	R\$ 6,30	R\$ 2.551,50	R\$ 5.103,00	3,51%	R\$ 4.923,88
DIESEL COMUM	4.954	9.908	L	R\$ 6,10	R\$ 30.219,40	R\$ 60.438,80	3,51%	R\$ 58.317,40
DIESEL S 10	5.257	10.514	L	R\$ 6,15	R\$ 32.330,55	R\$ 64.661,10	3,51%	R\$ 62.391,50
SERVIÇOS	1	2	UND	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 52.000,00	17,56%	R\$ 42.868,80
PEÇAS	1	2	UND	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 130.000,00	17,56%	R\$ 107.172,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 24 MESES						R\$ 312.202,90		R\$ 275.673,58

Conforme vem decidindo o Tribunal de Contas (Acórdão 9927/2021-TCU-Segunda Câmara, TCE-ES - Acórdão TC-1502/2022 - Segunda Câmara) são admitidas as taxas de administração igual a zero ou negativas, no último caso, será convertida em desconto sobre o valor consumido, em abastecimentos e outros serviços realizados de gestão de frota.

Portanto, o valor total estimado para esta contratação de serviços de gerenciamento de frota de veículos para um período de 24 meses, de forma contínua, em todo o território do estado do Rio Grande do Norte, que utilize sistema informatizado e integrado, via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão microprocessado com chip ou tarja magnética, para aquisição de combustíveis, serviços de manutenção e de peças é de **R\$ 312.202,90 (trezentos e doze mil e duzentos e dois reais e noventa centavos)**.

Além disso, a partir da estimativa do desconto médio para a contratação com base em contratações similares, o valor estimado poderá ser de R\$ 275.673,58 (duzentos e setenta e cinco mil e seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Nova Cruz/RN, 27 de março de 2025

assinado eletronicamente

Pollyana Secundo de Oliveira Ferreira

Membro da Equipe de Planejamento de Contratações do ano de 2024

IFRN - Campus Nova Cruz

PORTARIA Nº 164/2024 - DG/NC/RE/IFRN

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Pollyana Secundo de Oliveira Ferreira, DIRETOR(A) - CD4 - DIAD/NC**, em 27/03/2025 13:32:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 858773

Código de Autenticação: 8b806178d7



MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

AO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE –
IFRN/ CAMPUS NOVA CRUZ.

Licitação: Pregão Nº XXXXX/20XX.

Objeto: XX.

Declaro para os devidos fins que o Sr(a). _____

CPF Nº. _____ responsável pela
empresa _____ CNPJ Nº. _____

compareceu ao Campus Nova Cruz, local onde permanece a frota relacionada ao supracitado
serviço, tendo tomado conhecimento de todas as informações e condições locais para o
cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Local, / /

Servidor Responsável

Matrícula

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

(Nome).....responsável legal da empresaCNPJ....., localizada na (endereço)....., telefone, e-mail....., declara que renunciou a visita técnica ao local onde permanece a frota do IFRN – Campus Nova Cruz constantes do objeto do Edital nº XX/20XX do IFRN, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Local, ____/____/20__

Assinatura

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23426.000288.2025-83

2. Descrição da necessidade

O IFRN Campus Nova Cruz, para garantir o funcionamento inerente às suas atividades, precisa atender com segurança as demandas de operacionalização do serviço de transporte, na locomoção de alunos, colaboradores e servidores, bem como na distribuição de expedientes e outras atividades para as quais é necessária a utilização de veículos oficiais. Por isso, é importante preservar o patrimônio público e aumentar a vida útil dos veículos, mantendo-os em perfeito estado de funcionamento, incluindo seu abastecimento. Diante do contexto apresentado, faz-se necessária a contratação de serviços de gerenciamento de manutenção e abastecimento para a frota de veículos do IFRN Campus Nova Cruz.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção	Rafael de Mello Gouveia Peixoto
Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção	Ary Torres de Araujo Neto

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza do Serviço

Os serviços de gerenciamento de frota devem ser prestados de forma contínua. Os serviços continuados são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, conforme previsto no artigo 15 da IN MPDG Nº 5/2017.

Materiais a Serem Disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a serem estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Regime de Execução

Execução indireta pelo regime de empreitada por preço unitário.

Caracterização do objeto

Os serviços objeto da presente contratação são considerados serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, nos termos do inciso XIII, Artigo 6º, da Lei 14.133/21.

Estimativa de preços e preços referenciais

A estimativa de preços será realizada de acordo com Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021.

Participação de consórcios

Não será permitida a participação de consórcios, visto que a participação de consórcios geralmente é usada em obras de grande vulto, que não é o caso da presente contratação.

Participação de cooperativas de mão de obra

Não será permitida a participação de cooperativas de mão de obra, visto estar no rol de serviços constante do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

Vistoria

Para a correta elaboração da Proposta, a futura contratada poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços. A vistoria deverá ser agendada por meio de e-mail ou telefone indicados pelo IFRN - Campus Nova Cruz, sendo emitido Atestado de Vistoria. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Forma de adjudicação do objeto

A nova lei de licitações e contratos traz como princípio o parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (Lei nº 14.133/2021, Art. 47, II). Há que justificar o custo para a administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos e o dever de buscar ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. É necessário um benefício financeiro direto para justificar o parcelamento.

Nesse sentido, verifica-se que nesta contratação o parcelamento pode ocasionar dois contratos distintos, com sistemas, coberturas, abrangência e sistemática de trabalho distintos, o que seria contraproducente para os gestores e fiscais do contrato, aumentando o volume de trabalho, justificando o não-parcelamento.

Portanto, a contratação será dividida em itens, conforme suas características e devidamente agrupado, sendo a adjudicação por grupo de itens. A adjudicação por grupo, neste caso, poderá resultar em ganho econômico, visto que a empresa poderá apresentar a proposta com valor menor pelo objeto e a Administração Pública poderá aproveitar melhor seus recursos humanos com menor quantidade de contratos a serem geridos. A justificativa pelo não parcelamento consta no item 9. deste ETP

Garantia de execução contratual

Será exigida a garantia de 5% do valor do contrato, destinada a assegurar a plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público.

Vigência contratual

O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/21.

Subcontratação

Não será permitida a subcontratação dos serviços de gerenciamento de frota.

Qualificação técnico-operacional

O licitante deverá comprovar que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 12 (doze) meses na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de experiência citada. O licitante deverá comprovar que executou contrato(s) com um mínimo de 1 (um) posto de serviço equivalente ao da contratação. A necessidade da comprovação é para assegurar que a empresa terá experiência com o tipo do serviço.

Requisitos da empresa especializada em serviços de gerenciamento de frota

A Contratada deverá possuir uma ampla rede de oficinas mecânicas credenciadas (em geral, elétrica, funilaria e pintura, bem como sistema de climatização para veículos leves e pesados), de âmbito nacional. Essa condicionante é imprescindível tendo em vista que os veículos oficiais da instituição realizam viagens interestaduais e em diferentes localidades dentro do estado, necessitando, assim, desses serviços em diferentes regiões, principalmente, na região em que se encontra o Campus Nova Cruz, evitando deslocamentos desnecessários e prováveis aumentos de gastos, havendo a necessidade de comprovar esse requisito através de documentos.

A rede credenciada deverá ser capaz de atender a todos os tipos, marcas e modelos de veículos especificados no termo de referência, mantendo-a sempre atualizada;

A contratada deverá garantir, na data do início do contrato, um rol mínimo de serviços específicos a serem disponibilizados pelos estabelecimentos credenciados, contemplando veículos leves e pesados, tais como:

- Manutenção mecânica geral preventiva e corretiva;
- Manutenção de garantia de fábrica (credenciamento de concessionárias);
- Manutenção elétrica;
- Serviço de lanternagem, funilaria e pintura;
- Serviço de estofagem (capotaria);
- Serviços de alinhamento de direção e suspensão (câster, cambagem, convergência e divergência), desempenho de rodas, balanceamento, simples e computadorizado;
- Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva;
- Serviços de manutenção de sistema de ar-condicionado automotivo;
- Fornecimento de toda e qualquer peça necessária ao uso regular do veículo e/ou equipamento;
- Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo;
- Fornecimento de placas de identificação veicular;
- Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento nos padrões do órgão participante, inclusive com fornecimento de material adesivo, ou imantado, utilizado nos veículos;
- Serviços de lavagem, aspiração, lubrificação, polimento e cristalização;
- Serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo fornecimento de pneus;
- Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar.

Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste ETP faça-se necessário ao perfeito reparo do veículo poderá ser solicitado pelo fiscal de contrato, inclusive o credenciamento de novos estabelecimentos;

Deverá ser garantido, durante toda a vigência do contrato, que a rede credenciada apta a realizar os serviços de abastecimento e de manutenções preventivas e corretivas e que o fornecimento de peças, equipamento e acessórios possua estabelecimentos/lojas/oficinas preferencialmente no município sede (Nova Cruz/RN) do órgão, ou em um raio máximo de 120 (cento e vinte) quilômetros, a considerar a localização do Campus Nova Cruz. Desta forma, otimiza-se tempo e custos desnecessários;

Os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão estar plenamente equipados para prestação dos diversos tipos de serviços demandados, bem como para fornecimento e instalação de peças, componentes e acessórios automotivos;

Para a execução do serviço a Contratada deverá fornecer um sistema informatizado via internet- WEB, que possibilite a obtenção de orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção, por intermédio da rede de lojas, oficinas e estabelecimentos diversos credenciados, para atender aos veículos da frota do IFRN Campus Nova Cruz;

A Contratada deverá ministrar treinamento inicial aos usuários, sem custos para a Contratante, em até dez dias após a assinatura do contrato, sobre a operacionalização do sistema, pormenorizando como os fiscais /gestores do contrato podem atuar para: inclusão / exclusão de usuários ao sistema; cadastramento temporário e/ou definitivo de veículos e motoristas; consultar oficinas credenciadas; solicitação de orçamentos de serviços preventivos e corretivos, além das peças aplicadas e custo da mão de obra envolvida; geração de relatórios gerais de uso; consulta sobre custo médio de manutenção preventiva e corretiva por cada veículo; histórico, por veículo, de todos os custos envolvidos (manutenções, abastecimentos, itens adquiridos etc), desde o início da execução contratual, entre outros aspectos que interfiram diretamente no gerenciamento de frota;

A Contratante, em comum acordo com a contratada, definirá a melhor forma de realização do referido treinamento (presencial ou on-line), devendo a Contratada fornecer os todos os meios para a realização do evento, como, por exemplo, local adequado à quantidade de pessoas indicadas pela contratante, material didático, recursos audiovisuais compatíveis com o evento e instrutor qualificado;

- A data de realização, a carga horária e o conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com o servidor responsável a ser indicado pela Contratante;
- Caso haja custos com diárias e passagens dos servidores participantes, esses ficarão a cargo da Contratante;
- A Contratada deverá oferecer treinamento de reciclagem a cada período contratual em moldes equivalentes àqueles definidos, ou sempre que a Contratante, justificada e formalmente, assim o demandar;
- Quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade, a critério da Contratante, ou ainda quando haja substituição de fiscais.

Disponibilizar, além do treinamento, manual de fácil leitura e entendimento sobre o uso das ferramentas de gerenciamento.

O local de guarda dos veículos se dará nas dependências do IFRN Campus Nova Cruz: Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.

A Contratada deverá credenciar um preposto, que poderá ser estabelecido na localidade sede da Contratante ou com exercício via atendimento remoto, que atuará ininterruptamente durante toda a vigência do contrato, para prestar esclarecimentos, acompanhar, atender às reclamações e demandas que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones fixos, celulares, endereços eletrônicos, bem como qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados. Caso seja necessária a presença física do preposto para a resolução de alguma demanda do Contrato, a Contratante poderá fazer esta solicitação junto à Contratada;

Cabe a Contratada realizar diligências, em caso de necessidade, após notificação da Contratante, sobre ações imperfeitas de oficinas credenciadas, bem como atuar nos esclarecimentos necessários e pertinentes que forem solicitados;

A Contratada deverá intermediar o fornecimento de lubrificantes; serviços de higienização completa (interna e externa, incluindo motores; plásticos; limpeza de bancos; metais; componentes elétricos e outros pertencentes aos veículos); proteção de pintura; instalação de película protetora e demais ações que auxiliem na conservação veicular e no melhor desempenho de peças e todos os outros itens;

Deve ser realizado o credenciamento de novos estabelecimentos sempre que houver interesse da Contratante, sendo a Contratada responsável por toda a avaliação dos critérios de aceitação (legislações, políticas de sustentabilidades, estrutura física, etc.);

É necessária a disponibilização de acesso aos sistemas – ou instrumento similar – que permitam consulta aos preços dos fabricantes de peças e tabelas de custos com mão-de-obra e serviços (Audatex ou outro software

similar de mesma confiabilidade). Tal procedimento tem o fito de balizar a conferência da aplicação do maior percentual de desconto sobre preço público das tabelas das montadoras, permitindo à Administração conferir e, conseqüentemente, adquirir peças e serviços dentro do valor praticado pelo mercado e referenciado pelas montadoras/fabricantes; Deve ser providenciada lista de empresas que possam fazer a coleta de óleo lubrificante usado e/ou contaminado e garantir que haverá destinação final respeitando critérios ambientais.

O serviço de manutenção deverá ser executado com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas vigentes, em especial os normativos do Ministério do Trabalho.

Devem ser observadas boas práticas sustentáveis para o serviço:

A Contratada deverá observar quando da realização do serviço as seguintes orientações:

- I. – Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II. – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III. – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV. – Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- V. – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VI. – Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

A Contratada deverá adotar e exigir das empresas credenciadas e que prestarão serviços à frota do IFRN, durante a execução do objeto, a observância de normas legais relativas à sustentabilidade ambiental, em especial as seguintes:

- Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- A Contratada deverá adotar as medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- A Contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- A Contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- A Contratada deverá recolher todos os resíduos sólidos e líquidos gerados na execução do serviço e dispensá-lo em local adequado.
- Utilização de sistema eletrônico para gerenciamento de todo processo de prestação dos serviços, em substituição a ordens de serviços, planilhas e orçamentos em suporte papel, sem o comprometimento do bom desempenho da solução;
- Recolher lâmpadas utilizadas na prestação dos serviços para descartá-las junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, conforme sistema de Logística Reversa previsto Lei nº 12.305, de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;
- Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento por eles indicados, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 2010, combinado com o artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 2009, e legislação correlata;
- Providenciar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS e Resolução CONAMA nº 362, de 2005;
- Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, responsáveis pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 2012, combinado com o artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 2008, e legislação correlata;
- Não permitir formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;
- Utilizar, preferencialmente, pilhas recarregáveis evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;
- Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para aquisição de pilhas e baterias respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos;
- Observar as recomendações técnicas e legais para uso de produtos químicos;

- Apresentar a composição química dos produtos utilizados na prestação dos serviços quando solicitado pela CONTRATANTE;
- Verificar e não permitir a utilização de produtos que contenham substâncias perigosas, biodegradabilidade dos tensoativos, toxicidade aquática e teor de fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;
- Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e a coleta seletiva, conforme legislação específica;
- Realizar a disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos e materiais inservíveis após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no Art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS;
- Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010, (PNRS), possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente;
- Acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, observando as normas municipais que estabelecem as regras para seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem e que indicam os locais de entrega e coleta;
- Firmar convênios com cooperativas de reciclagem para destinação de resíduos sólidos, fazendo isto de forma ambientalmente adequada para todos os materiais e substâncias utilizados na prestação dos serviços;
- Treinar e capacitar periodicamente seus funcionários em práticas de redução do consumo de energia elétrica, água tratada, geração de resíduos, desperdícios e poluição, de forma a implementar as lições aprendidas durante a prestação dos serviços, zelando pela preservação do meio ambiente;
- Observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços;
- Observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços;

Com relação aos abastecimentos, uma vez que muitas visitas técnicas e projetos de extensão exigem o deslocamento para outros estados, o fornecimento dos combustíveis deverá abranger todo o território nacional;

A contratada deve responder por todos os ônus referentes ao fornecimento dos combustíveis junto aos postos;

Deverá ser mantida durante toda a vigência do contrato, as condições acordadas no processo licitatório;

Os postos de combustíveis credenciados deverão dispor de meios para aceitar as transações com os cartões fornecidos, que por sua vez devem ser integrados com o Sistema de Gestão para viabilizar o pagamento do abastecimento de combustíveis, lubrificantes e manutenções leves, e deverão emitir imediatamente após o atendimento, o respectivo documento fiscal.

Os serviços e fornecimentos a serem executados por meio dos postos de combustíveis credenciados serão compostos, preferencialmente, de:

1. Combustíveis dos tipos: gasolina comum, diesel comum e diesel S-10;
2. Lubrificantes para motores a gasolina, a álcool e diesel;
3. Filtros de óleo;
4. Manutenção leve nos Postos de Abastecimento, assim entendidas:
 - 4.1. Reposição do nível da solução para o sistema de esguicho do limpador de para-brisa;
 - 4.2. Reposição do nível da solução para o sistema de arrefecimento;
 - 4.3. Reposição do nível do óleo do motor, com troca de filtros, se necessário;
 - 4.4. Reposição do fluido de freio;
 - 4.5. Fornecimento de palhetas do limpador de para-brisas;
 - 4.6. Serviço de conserto de pneus;
 - 4.7. Serviço de lavagem completa em automóveis leves, utilitários, caminhões, vans, ônibus e micro-ônibus;

- 4.8. Serviço de aplicação de cera em automóveis leves, utilitários, caminhões, vans, ônibus e micro-ônibus;
- 4.9. Serviço de lubrificação em utilitários, caminhões, máquinas e outros;
- 4.10. Reposição do fluido ARLA-32 nos veículos a diesel;
- 4.11. Troca e aquisição de extintor;
- 4.12. Reposição de filtros de ar condicionado;
- 4.13. Substituição de lâmpadas;
- 4.14. Outros itens de manutenção leve compatíveis com o objeto e finalidade.

No que tange a sustentabilidade a contratada ao promover a aquisição dos combustíveis deverá observar os preceitos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOGnº1/2010, no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade – DECOR/CGU/AGU e na Lei nº 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos.

Para o exercício de atividade de comercialização de combustíveis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021 a empresa necessitará observar a existência de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, nos termos do artigo 17, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata.

5. Levantamento de Mercado

A primeira solução identificada para o serviço de manutenção preventiva e corretiva veicular é a utilização de pessoal do quadro próprio. O IFRN Campus Nova Cruz, contudo, não dispõe de profissional especializado legalmente habilitado, nem de código de vaga para pleitear um.

Existe também a possibilidade de contratação de serviço diretamente com uma oficina mecânica. Tal solução tornaria mais simples a fiscalização, contudo, a desvantagem desse modelo é que em se tratando de viagens interestaduais os veículos não teriam cobertura do serviço de manutenção veicular. Poderia se estabelecer como requisito, que a contratada tivesse vários pontos de estabelecimentos espalhados pelo Brasil, mas tal exigência reduziria a competitividade.

No que tange ao fornecimento de peças, verifica-se que o separar do serviço não é viável, nem técnica, nem economicamente para a instituição, dada a quantidade e diversidade de veículos a serem mantidos, implicando grande número de insumos necessários para a prestação do serviço. Esse modelo de contratação exige quantidade significativa de servidores para realizar licitações, receber e controlar materiais e realizar a gestão e fiscalização. Soma-se, ainda, a possibilidade de não existir peça disponível no momento de surgimento da demanda, bem como o custo com estoques.

De mesma forma seria a contratação de postos de combustíveis, que exigiriam da Administração a contratação de diversos fornecedores para atendimento da necessidade.

Finalmente, uma última solução identificada é a possibilidade de contratação de serviços de manutenção veicular com fornecimento de material (peças) para a manutenção corretiva, de realização periódica da manutenção preventiva e de abastecimento da frota, por meio de empresa especializada no gerenciamento de rede credenciada. Nesse caso a Administração faculta-se do compromisso em contratar os serviços e peças previstos no Termo de Referência sob demanda (manutenção corretiva) e paralelamente estabelece um contrato de manutenção preventiva, além de ter ao seu controle os abastecimentos de combustíveis por meio de um sistema só de gerenciamento. Por dar maior liberdade de trabalho e contribuir para uma maior eficiência técnica e econômica, essa é a melhor solução para o IFRN Campus Nova Cruz.

Ademais, há no mercado diversas empresas do ramo de intermediação da prestação de serviços de fornecimento de combustível e manutenção corretiva e preventiva por meio de gerenciamento e administração de despesas de

abastecimento de veículos com sistema informatizado e integrado, via internet, e tecnologia de pagamento por meio de cartão microprocessado com chip.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto é classificado como serviço continuado sem dedicação de mão de obra exclusiva e o serviço é de natureza comum, pois pode ser objetivamente definido mediante especificações usuais de mercado, consonância com o disposto no Art. 6º inciso XIII da lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a eficiência do atendimento das demandas da instituição, **sendo a vigência de 02 (dois) anos mais vantajosa** considerando o ganho econômico que se dará, pois existe um ganho de custo processual com esse período mais longo para prorrogação. De acordo com a Nota Técnica nº 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC (SEI! 0924113) divulgada pela AGU, o custo médio de uma nova contratação é de 10% (dez por cento) do valor estimado.

A futura contratada deverá prestar serviços de administração e gerenciamento de serviços de abastecimento e de manutenção necessários ao correto funcionamento dos veículos de forma continuada, por intermédio de rede credenciada, com utilização de sistema informatizado, que possa atender todas as marcas e modelos de veículos pertencentes à frota do IFRN Campus Nova Cruz.

A empresa contratada para o gerenciamento deverá permitir ao usuário final, obrigatoriamente a consulta do saldo e pagamento via cartão magnético, podendo também implementar outras soluções para consulta de saldo e pagamento.

O sistema fornecido deverá estar integrado de forma a oferecer relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como equipamentos periféricos do sistema destinado aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de informações da frota.

O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.

O sistema deverá viabilizar o controle de produtos e serviços contratados, com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, devendo estas informações estarem disponíveis para consulta na web imediatamente após realizada/bloqueada a transação.

Juntamente com as notas fiscais/fatura, a Contratada deverá disponibilizar relatórios analíticos e sintéticos do período faturado, discriminando todas as transações/operações realizadas, por base operacional e respectivo centro de custo, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da oficina (nome, município e UF);
- Identificação do veículo (marca, modelo e placa);
- Data e hora da transação;
- Valor da operação por veículo;
- Identificação do usuário (nome e matrícula).
- Discriminação do tipo de produto ou serviço fornecido;
- Quantidade da transação executada;

Os relatórios/informações devem estar disponíveis para extração por parte da Contratante, no sistema contratado, sem restrições de período/base, entre outros, ou seja, quando da necessidade de confecção de um relatório/informação, o lapso temporal deve permitir a extração de dados desde a data da contratação, durante toda a contratação.

A Contratante poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.

A Contratada deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa, bem como dos usuários autorizados a registrar as manutenções no sistema.

Quando da implantação do sistema e inclusão de novos veículos, a Contratada deverá fornecer, sem ônus para a Contratante, cartões para os veículos da frota gerenciada, individuais e intransferíveis, de acordo com as solicitações e relações recebidas por documento da Contratante, sendo que o sistema deve permitir a funcionalidade de importar planilha.

Todas as informações devem guardar sigilo necessário devido as ações desenvolvidas pelo IFRN Campus Nova Cruz, devendo ter Base de Hospedagem segura, respondendo a empresa por qualquer vazamento de informações na esfera civil e criminal.

A Contratada, seus administradores, prepostos e empregados tem por obrigação guardar absoluto sigilo sobre a totalidade dos dados e informações fornecidos pela Contratante para o cumprimento do presente Contrato, ou de qualquer forma obtida pela Contratada, até 05 (cinco) anos após a sua rescisão ou término do prazo de vigência.

Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção contratual, a empresa obriga-se a manter e a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pelo(s) órgão(s) gerenciador e participante(s), sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

Considerando a dificuldade de prever com precisão a demanda de manutenção corretiva, e a necessidade de que o pagamento seja realizado apenas para os serviços efetivamente executados, o regime de execução a ser adotado é o de empreitada por preço unitário.

A vigência do contrato a ser firmado será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por até 10 anos. (Artigos 106 e 107, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021)

Todos os empregados deverão ser habilitados e com conhecimento básico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Será considerado vencedor o licitante que apresentar a proposta com maior desconto sobre o valor estimado do grupo de itens, ou seja, o que apresentar o menor preço total da proposta – MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO.

É permitida a apresentação de proposta de preço com taxa de administração zero ou negativa, porquanto a remuneração das empresas prestadoras desse serviço não se limita ao recebimento da taxa de administração, mas decorre também da cobrança realizada aos estabelecimentos credenciados e dos rendimentos das aplicações financeiras sobre os repasses dos contratantes, desde seu recebimento até o efetivo pagamento à rede conveniada (Acórdão 321/2021-TCU-Plenário);

A seguir é discriminado um rol exemplificativo de possíveis serviços a serem executados, podendo ser demandados outros serviços a depender das ocorrências geradas durante a execução contratual:

Das especificações do fornecimento de peças e acessórios:

- Todas as peças e acessórios aplicados nos veículos deverão ser originais do fabricante, genuínas, de primeira linha, e sem uso prévio.
- A empresa contratada deverá providenciar, quando houver necessidade de substituições de acessórios, componentes, partes e peças de reposição, orçamento, com os valores à vista das tabelas de preços das fabricantes, que deverão ser apresentados ao Fiscal do Contrato com o desconto contratual disposto na proposta de preços que, por sua vez, autorizará, ou não, a execução do serviço com a possível reposição de peças e acessórios.
- A empresa contratada deverá prestar contas e esclarecimentos sobre as peças e acessórios adquiridos e serviços subcontratados, fornecendo toda e qualquer informação ao Fiscal do Contrato para acompanhamento da execução contratual, tais como:
 - Apresentar cópia dos documentos fiscais de compra de peças e acessórios adquiridos e efetivamente utilizados nos veículos da frota da Contratante.
 - Apresentar cópia dos documentos fiscais de serviços subcontratados efetivamente prestados nos veículos da frota da Contratante.
- As peças, acessórios e pneus fabricados no Brasil ou no estrangeiro para veículos de fabricação nacional ou estrangeira e de venda regular no Brasil, também serão fornecidos com o percentual de desconto ofertado na Proposta de Preço do licitante para cada uma das fabricantes.

- No caso de fornecimento de pneus, peças e acessórios importados para veículos fabricados no estrangeiro e de venda não regular no Brasil serão fornecidos pelo preço de tabela, no mercado nacional, dos fabricantes ou revendedores autorizados dos veículos. A empresa Contratada deverá apresentar, junto com o orçamento, a indicação do nome do fornecedor e telefone.
- A empresa contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato as peças e acessórios que foram substituídos devido a reparos, bem como as embalagens das peças e acessórios adquiridos.
- O descarte dos produtos descritos no subitem anterior, somente serão feitos após a conferência pela fiscalização do contrato, que autorizará a retirada das peças, acessórios e embalagens apresentadas.
- No caso de a fiscalização do contrato não retirar as peças e acessórios em até 5 (cinco) dias, após a apresentação do documento fiscal de cobrança, a empresa contratada ficará responsável pelo descarte destes itens.

Das especificações do fornecimento e instalação de pneus:

- A empresa contratada deverá efetuar a substituição de pneus, conforme os preceitos da Resolução nº 558 /80, de 15 de abril de 1980 (CONTRAN) ou sempre que um defeito de força maior exija sua substituição, desde que avaliado e autorizado pelo Fiscal do Contrato.
- Os pneus deverão ser novos, não reformados ou recauchutados ou remoldados, de acordo com as normas da ABNT/NBR, com selo do INMETRO e índice de carga, conforme recomendação do fabricante.

Das especificações dos serviços de geometria:

- A empresa contratada deverá efetuar o ajuste da suspensão e cambagem de forma que garanta a segurança e a estabilidade do veículo.
- A empresa contratada deverá fornecer à Contratante, após a execução dos serviços de geometria nos veículos, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.

Das especificações dos serviços de balanceamento de rodas:

- A empresa contratada deverá executar o cálculo de desbalanceamento externo e interno das rodas, estático e dinâmico, fazendo os ajustes necessários, a fim de deixá-las com o balanceamento correto.
- A empresa contratada deverá fornecer à Contratante, após a execução dos serviços de balanceamento de rodas dos veículos, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.

Das especificações dos serviços de revisão do sistema de transmissão:

- A empresa contratada deverá realizar lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas, balanceamento de eixo, se houver, juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontos de eixos e outros.

Das especificações dos serviços de revisão do sistema de direção:

- A empresa contratada deverá realizar aperto dos parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção e outros.

Das especificações dos serviços de revisão do sistema de freios:

- A empresa contratada deverá realizar regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, discos, tambores, nível de fluido e substituição, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindros mestres e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas), aro dos pneus e outros.

Das especificações dos serviços de revisão do sistema de arrefecimento:

- A empresa contratada deverá realizar exame do radiador, verificação do nível de água, mangueiras, fluido de radiador e outros.

Das especificações dos serviços de revisão de motor:

- A empresa contratada deverá realizar verificação das correias, óleo, filtro de óleo e de combustível, juntas e demais componentes, substituindo peças necessárias e outros.

Das especificações dos serviços de revisão do sistema de suspensão:

- A empresa contratada deverá realizar verificação das molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros.

Serviços de revisão do sistema elétrico e eletrônico:

- A empresa contratada deverá realizar a verificação, conserto e/ou substituição quando necessário, de componentes que integram esse sistema, incluindo acessórios de sinalização e outros.

Serviços de lanternagem, funilaria e pintura:

- A empresa contratada deverá realizar serviços de desamassamento, recuperação e quando irrecuperável substituição das partes danificadas da lataria e pintura; serviços de solda em geral; reforma ou recuperação de assentos, forros do teto e laterais, com aplicação de material de mesmo padrão e qualidade, mantendo a originalidade do fabricante do veículo. Deverão ser realizados sempre que for demandando, mediante orçamento aprovado pela fiscalização do contrato e emissão de Ordem de Serviço por parte da Contratante.

Serviço de substituição dos vidros:

- A empresa contratada deverá realizar a substituição dos vidros e espelhos sempre que necessário, visto que não se pode prever a necessidade de sua ocorrência.
- Nas trocas de óleos lubrificantes só serão pagos os itens adquiridos (óleo e filtros), não devendo ser cobrada a mão de obra da troca, como o convencionado e praticado pelo mercado de serviços dessa natureza.
- O serviço de manutenção veicular será pago considerando a hora/trabalho para mão de obra e pelo percentual de desconto do preço à vista das tabelas das montadoras para peças e acessórios utilizados.

Serviços de borracharia:

- O serviço de borracharia deverá ocorrer sempre que necessário, visto que não se pode prever a necessidade de sua ocorrência. E será caracterizado pelo serviço de montagem e desmontagem de pneus, bem como pelo conserto, troca de pneus e câmara de ar, furados ou que tenham sofrido qualquer avaria.
- A Contratada deverá montar e desmontar os pneus dos veículos da frota da Contratante utilizando-se de equipamento hidráulico que evite o atrito do mesmo com o aro das rodas.
- O serviço será pago por serviço realizado.

A empresa contratada deverá apresentar no máximo de dois dias orçamento discriminando peças, fabricantes, garantia e quantidades de horas necessárias à execução dos serviços, além do prazo de entrega dos equipamentos, contado a partir da data de recebimento do mesmo.

Os orçamentos com preços acima dos praticados pelo mercado, tempo de execução dos serviços além do estabelecido pelo fabricante e prazo de entrega fora do estabelecido, serão devolvidos à CONTRATADA para serem reformulados.

Os veículos consertados deverão ser vistoriados pelo fiscal do contrato, devendo assinar relatório com discriminação dos serviços executados e peças substituídas, fazendo o recolhimento das mesmas.

Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela Contratada, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do executor do contrato, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos referidos testes.

O IFRN Campus Nova Cruz solicitará à CONTRATADA, revisão e/ou correção dos serviços, caso os mesmos não tenham sido executados satisfatoriamente, sem que advenha desse ato qualquer ônus para o IFRN.

Se for constatado defeito decorrente de falha na prestação do serviço ou peça fornecida, a contratada deverá efetuar a correção do (s) serviço (s) e substituição da (s) peça (s) defeituosa (s) ou substituição do patrimônio por um novo, caso o equipamento se torne inservível, sem importar em ônus para a contratante e no prazo máximo de dois dias úteis contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

As peças aplicadas ou fornecidas e a mão de obra deverão ter garantia de no mínimo 90 (noventa) dias.

Todo o material auxiliar bem como ferramentas necessárias à realização dos serviços será disponibilizado pela empresa contratada.

A empresa contratada deverá fornecer ao contratante os catálogos de operação dos serviços, bem como as listas ou catálogos atualizados dos preços de peças e materiais estabelecidos pelos fabricantes, para efeito de conferência, quando da prestação dos serviços;

Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- O tempo médio de atendimento, tempo médio de reposição de peças, performance da manutenção programada e percentual de re-chamado técnico serão tomados como indicadores a serem aferidos através de Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
- A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

O pedido de vistoria deverá ser realizado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data pretendida.

A vistoria poderá agendada pelos e-mails diad.nc@ifrn.edu.br e cosgem.nc@ifrn.edu.br.

A vistoria poderá ser comprovada por meio de atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento.

Os veículos ficarão guardados nas dependências internas do IFRN/Campus Nova Cruz no endereço a seguir:

--	--	--	--

UG	UGR	CAMPUS	ENDEREÇO
152757	151900	CAMPUS NOVA CRUZ	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000

A fiscalização do serviço será realizada por Fiscal do Contrato especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

Caberá ao servidor indicado pela Administração, fiscalizar o contrato, aprovar os orçamentos apresentados e autorizar a execução dos serviços, após os seguintes procedimentos:

- Verificar se os preços dos serviços a serem prestados e das peças a serem substituídas estão compatíveis com os preços praticados pelo mercado;
- Verificar se o número de horas necessárias à execução dos serviços está compatível com o tempo estabelecido nas tabelas dos fabricantes, conforme a modalidade de serviços;
- Verificar se os prazos de entrega dos veículos consertados estão conforme os prazos programados pelas partes.

Deverá ser cobrada uma **garantia da contratação** de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, **no percentual de 5%**, conforme regras previstas no contrato.

A contratação está alinhada com o objetivo ID: OB104 - Otimizar os recursos utilizados com frota de veículos do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS 2024-2026), ao qual o documento pode ser consultado no portal institucional na seção de cartilhas: <https://portal.ifrn.edu.br/aceso-a-informacao/estatutos-e-regimentos/>

A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**, pois os valores deverão ser pagos mensalmente, de acordo com a execução do serviço.

Os serviços prestados deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade e assim preservar a integridade dos colaboradores e a garantia dos Equipamentos.

A contratação dos serviços de gerenciamento de frota objetiva-se em face da necessidade de se garantir que a frota de veículos do Órgão esteja disponível e adequada para a sua utilização, inclusive para demandas inerentes ao percurso, como o abastecimento do veículo. Pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à contratação dos serviços em questão, será pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado certame licitatório, cujo fator preponderante certamente será a "Proposta mais vantajosa para a administração, qual seja, aquela que ofertar o menor preço e satisfazer todas as exigências do edital". Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pela empresa.

O **Gerenciamento de Frota será licitado em grupo único**, formado por cinco itens, sendo os três primeiros relacionados ao tipo de combustível (Gasolina; Diesel Comum e Diesel S-10) e o quarto item será de serviços de manutenção e o quinto com relação as peças utilizadas na manutenção da frota. A justificativa pelo não parcelamento consta no item 9. deste ETP.

Solução escolhida

A partir da pesquisa de preços e considerando o comportamento das instituições contratantes e do mercado, a conclusão da Equipe de Planejamento da Contratação foi de adotar o **critério de julgamento por maior desconto**, por observar que as contratações similares incorporam na prática o equilíbrio de mercado compondo em conjunto o desconto comercial com o desconto equivalente das taxas de credenciamento.

Neste caso, é necessário que a contratada estabeleça uma rede mínima de empresas credenciadas para a prestação de serviços, das quais cobra a taxa de credenciamento como taxa principal, além de taxas acessórias. Caso a contratada pratique taxas muito altas, não conseguirá compor a rede de atendimento, deixando de atender ao contrato. Ao mesmo tempo, o valor de desconto mínimo a ser praticado, especialmente para manutenção, incorpora as taxas cobradas pela contratada das credenciadas e que, mesmo que repassadas com acumulação em cascata para a contratante, acabam sendo cobertas pelo desconto aplicado.

Dito de outra forma, o mercado de empresas prestadoras de serviço recusará taxas exacerbadas que vierem a ser praticadas pelas empresas intermediadoras. Sem rede credenciada suficiente, estas não conseguirão cumprir os contratos e precisarão ajustar as taxas cobradas a níveis que o mercado aceite.

Para esta contratação de serviços, **será adotado o Sistema de Registro de Preços**, conforme Art. 3, inciso II do Decreto Nº 11.462, de 2023.

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: [...]"

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; [...]"

O motivo da adoção do Sistema de Registro de Preços se dá em razão de que ainda há uma contratação vigente específica apenas para o fornecimento de combustíveis, o qual a contratação desse item relacionado no grupo será realizada quando for conveniente a contratação desses serviços remunerados por sua unidade de medida.

Além disso, o procedimento de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) será dispensado, conforme Art. 9º § 2º do Decreto Nº 11.462, de 2023:

"§ 2º O procedimento previsto no **caput** poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante."

O qual atende o caso desta contratação em que o órgão gerenciador (IFRN - Campus Nova Cruz) é o único contratante, além de que a contratação necessita de celeridade, pois atualmente o órgão está sem contrato vigente de manutenção veicular, colocando em riscos a operacionalização da frota, e a abertura para divulgação da IRP iria necessitar de pelo menos 8 dias úteis para as manifestações de participações de outros órgãos no sistema, o que acarretaria mais prazos para a finalização desta contratação.

Assim, para viabilizar o interesse de outros órgãos nesta contratação, **a Ata de Registro de Preços irá permitir a adesão aos itens**, conforme regulamentos inerentes da adesão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades do objeto em estudo foi baseada em aspectos técnicos, bem como no histórico das últimas contratações.

Dada a grande variedade de serviços e peças que um veículo pode demandar, seria impraticável prever todos eles em itens específicos dentro do processo. Isso porque correríamos o risco tanto de não colocar a peça ou serviço que viriam a ser demandados, quanto de colocá-los e não os utilizar. Sendo assim, esse tipo de contratação é melhor atendida com a contratação por demanda, utilizando como critério de julgamento, o maior desconto sobre o valor.

A quantidade estimada para a realização dos serviços está demonstrada no quadro abaixo, conforme detalhado na análise da pesquisa de preços:

CONSUMO	QTD ESTIM. 12 MESES	QTD ESTIM. 24 MESES	UND	VALOR UNT ESTIM. (R\$)
GASOLINA	405	810	L	R\$ 6,30
DIESEL COMUM	4.954	9.908	L	R\$ 6,10
DIESEL S 10	5.257	10.514	L	R\$ 6,15

SERVIÇOS	1	2	UND	R\$ 26.000,00
PEÇAS	1	2	UND	R\$ 65.000,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 312.202,90

A estimativa do valor da contratação é de **R\$ 312.202,90 (trezentos e doze mil e duzentos e dois reais e noventa centavos)**, a mesma foi obtida com base no histórico de manutenções, abastecimentos e considerando as demandas acumuladas, bem como as demandas futuras, que inevitavelmente ocorrerão.

É importante informar que foram realizadas consultas em Atas de contratações similares para identificar o desconto médio praticado. A pesquisa está sintetizada no quadro abaixo:

DESCONTO PERCENTUAL DE GERENCIAMENTO DE FROTA						MÉDIA	CV (%)
ABASTECIMENTO - 25372	2,10%	3,70%	3,87%	3,90%	3,98%	3,51%	22,64
FONTE	P: 90002/2024 - U: 195021 - 30/12/2024	P: 90004/2024 - U: 158199 - 18/06/2024	P: 90023/2024 - U: 135012 - 16/08/2024	P: 90337/2024 - U: 393024 - 07/02/2025	P: 90005/2024 - U: 153066 - 30/04/2024		
SERVIÇOS - MANUTENÇÃO - 25518	12,61%	16,05%	18,12%	20,01%	21,00%	17,56%	19,09
FONTE	P: 90003/2024 - U: 389345 - 12/08/2024	P: 90007/2024 - U: 130056 - 06/09/2024	P: 90016/2024 - U: 926094 - 26/11/2024	P: 90045/2024 - U: 158350 - 09/05/2024	P: 90045/2024 - U: 158350 - 09/05/2024		
PEÇAS - MANUTENÇÃO - 25518	12,61%	16,05%	18,12%	20,01%	21,00%	17,56%	19,09
FONTE	P: 90003/2024 - U: 389345 - 12/08/2024	P: 90007/2024 - U: 130056 - 06/09/2024	P: 90016/2024 - U: 926094 - 26/11/2024	P: 90045/2024 - U: 158350 - 09/05/2024	P: 90045/2024 - U: 158350 - 09/05/2024		

O percentual mínimo de desconto a ser aplicado sobre os serviços e materiais consumidos foram estabelecidos pela Administração com base em pesquisa no Portal do Governo: Painel de Preços, após consultar o resultado de diversas outras contratações com o mesmo objeto, conforme detalhado na tabela acima.

O desconto incidirá sobre a fatura de consumo, sobre os valores dos materiais, peças, componentes, manutenções preventivas, corretivas, abastecimentos, limpeza e outros serviços efetivamente consumidos ou realizados.

A aplicação de um desconto mínimo a ser considerado será vantajoso para a contratação, eliminando descontos muito abaixo da média do mercado.

A estimativa da contratação está resumida no quadro a seguir:

CONSUMO	QTD ESTIM. 12 MESES	QTD ESTIM. 24 MESES	UND	VALOR UNT ESTIM. (R\$)	V. TOT. ESTIM. 12 MESES (R\$)	V. TOT. ESTIM. 24 MESES (R\$)	DESC. MÉDIO	V. TOT. ESTIM. P/ 24 MESES (R\$) COM DESC. MÉDIO
GASOLINA	405	810	L	R\$ 6,30	R\$ 2.551,50	R\$ 5.103,00	3,51%	R\$ 4.923,88
DIESEL COMUM	4.954	9.908	L	R\$ 6,10	R\$ 30.219,40	R\$ 60.438,80	3,51%	R\$ 58.317,40

DIESEL S 10	5.257	10.514	L	R\$ 6,15	R\$ 32.330,55	R\$ 64.661,10	3,51%	R\$ 62.391,50
SERVIÇOS	1	2	UND	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 52.000,00	17,56%	R\$ 42.868,80
PEÇAS	1	2	UND	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 130.000,00	17,56%	R\$ 107.172,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 24 MESES						R\$ 312.202,90		R\$ 275.673,58

A fim de proporcionar um melhor detalhamento na composição da planilha de custos, o grupo será composto por cinco itens (gasolina, diesel comum, diesel S-10, serviços e peças), que serão agrupados na licitação, cujo critério será pelo maior desconto para o grupo, conforme Tabela apresentada acima.

Conforme vem decidindo o Tribunal de Contas (Acórdão 9927/2021-TCU-Segunda Câmara, TCE-ES - Acórdão TC-1502/2022 - Segunda Câmara) são admitidas as taxas de administração igual a zero ou negativas, no último caso, será convertida em desconto sobre o valor consumido, em abastecimentos e outros serviços realizados de gestão de frota.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza do objeto, não haverá parcelamento. Primando pela eficiência técnica, na qual a concentração dos itens para um único contratado permite maior nível de controle da execução contratual e consequentemente melhor gerenciamento e logística; bem como pela economicidade ocasionada pela redução dos custos administrativos, bem como dos custos físicos das empresas a serem repassados na proposta, os itens serão agrupados em um único Grupo.

Nesse contexto, o IFRN - Campus Nova Cruz atualmente está com a equipe administrativa reduzida diante várias perdas como cessões para órgãos judiciários e outros por motivos médicos, sem possibilidade de reposição de membros para a equipe. Logo, a divisão dos 5 (cinco) itens desta contratação ocasionaria o risco de resultar a contratação do objeto em até 5 contratos diferentes e em até 5 sistemas de gerenciamentos diferentes, o que impossibilitaria a correta administração, utilização e fiscalização dos serviços por parte dos fiscais, que pela redução da equipe acumulam o controle com outros contratos e demais atividades inerentes do seus respectivos cargos e setores e que por fim, o acúmulo de demandas resultaria em atrasos das demais atividades institucionais causando prejuízos para a mesma.

Assim, o agrupamento dos itens em um único grupo tecnicamente viabiliza seu correto controle e fiscalização por se tratar de um único objeto que tem relação com o gerenciamento completo da frota do IFRN - Campus Nova Cruz sem necessitar de contratos adicionais.

Além do benefício técnico que o agrupamento dos itens podem gerar, há de se falar que ao agrupar itens, os fornecedores podem oferecer preços mais competitivos, já que a venda de um conjunto de itens pode reduzir os custos operacionais e logísticos.

Além disso, outros órgãos também utilizam do agrupamento dos itens em suas contratações de objeto semelhante, evidenciando que a adoção do mesmo tipo de contratação é mais vantajosa em seus estudos técnicos preliminares, como o caso dos pregões:

- 90021/2024 - 158144 - IFMG;
- 90004/2024 - 170166 - SRA/SC/MGI;
- 90005/2024 - 200392 - PF/CE;
- 90003/2024 - 926774 - CRQ-12R;
- 01/2021 - 158720 - UFSB.

Diante do exposto, entende-se que o não parcelamento, neste caso, não acarretará prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, nem prejudicará a ampla concorrência e ampliação da competitividade, sendo mais vantajoso para administração, uma vez que facilita a própria execução do contrato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação foi inserida no Plano Anual de Contratações do ano de 2025, tendo em vista a necessidade de continuação na prestação do serviço, assim como no Plano de Atividades 2025 em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme planejado no projeto estratégico AD - Administração. Logo, a contratação está alinhada com as soluções criadas no planejamento a fim de atender as demandas existentes conforme histórico das necessidades do IFRN/Campus Nova Cruz.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Economia: veículos funcionando de forma eficiente, significa menos dinheiro gasto com manutenções corretivas;
- Aumento da vida útil: a realização periódica de uma manutenção preventiva evita a ocorrência de falhas/quebras, aumentando a vida útil do veículo e sua eficiência.
- Minimizar as interrupções das atividades acadêmicas e administrativas realizadas, causadas por falhas manuteníveis.
- Disposição de contrato para o gerenciamento de abastecimento dos veículos e maior controle sobre eles.

13. Providências a serem Adotadas

A contratante deverá assegurar-se de que os servidores que atuação como fiscais e gestores do contrato a ser celebrado possuam a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação. Deverá ser realizada reunião, envolvendo os representantes da CONTRATADA e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em razão do automóvel ser um dos produtos que poluem o meio ambiente, seja durante o seu desenvolvimento, sua utilização e também quanto a sua reparação, neste sentido é de grande importância a observação que as oficinas e centros de reparação possuem processos ambientalmente sustentáveis e contam com procedimentos de descarte e reparos adequados. Visando estimular e estabelecer procedimentos de descarte, reparos adequados e soluções eficientes que causem menos impactos na natureza, o fornecedor deverá atender aos seguintes procedimentos durante a prestação dos serviços:

Alocar os resíduos passíveis de reciclagem coletados, nos contêineres próprios destinados à Coleta Seletiva Solidária.

Para serviços de funilaria, o fornecedor deverá desenvolver um processo de descarte correto de peças plásticas, metálicas e de vidro, encaminhando para empresas de reciclagem.

Para os serviços de pintura, o fornecedor deverá desenvolver processo de reciclagem do solvente utilizado para lavagem de pistolas de pintura ou peças, quando do seu descarte correto. Da mesma forma para os materiais contaminados, como embalagens de tinta, papel de mascaramento e estopa.

Possuir cabine de pintura com sistema de filtragem, com substituição do filtro de acordo com as especificações do fabricante, além de pistola com tecnologia para economia de tinta como pintura à base de água por ser menos nociva;

Propiciar o recolhimento do óleo lubrificante acabado à destinação de reciclagem por meio de processo de refino, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, nos termos das Resoluções CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005 e Nº 450, de 06 de março de 2012.

Providenciar a destinação final adequada dos pneumáticos, seja para a reutilização, reforma e reciclagem, tendo em vista que esses constituem passivo ambiental, em observância à Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009, e legislação correlata.

Encaminhar as baterias para destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade do fabricante ou importador. A destinação ambientalmente adequada é a destinação que minimiza os riscos ao meio ambiente e adota procedimentos técnicos de coleta,

recebimento, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final de acordo com a legislação ambiental vigente. Essa obrigação visa ao atendimento da Resolução CONAMA nº 401/2008.

O fornecedor deverá zelar pela segurança das pessoas e das instalações, pela saúde de seus empregados, bem como capacitar e treinar os seus funcionários para as atividades correlatas à prestação dos serviços e para atendimento adequado.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação decorre do fato de que se trata de um objeto de natureza comum, passível de ser ofertada por um grande número fornecedores. Além disso, ressalta-se que a contratação está alinhada ao planejamento estratégico da instituição e tem previsão orçamentária alicerçada no Plano Anual de Contratações.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

POLLYANA SECUNDO DE OLIVEIRA FERREIRA

Membro da comissão de contratação

ARY TORRES DE ARAUJO NETO

Membro da comissão de contratação



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS NOVA CRUZ
Av. José Rodrigues de Aquino Filho, RN 120, 640, Alto de Santa Luzia, NOVA CRUZ / RN, CEP 59215-000
Fone: (84) 4005-4107

ESTUDO PRELIMINAR

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - CAMPUS NOVA CRUZ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 02/2025
Processo: 23426.000288.2025-83

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frota de veículos, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para abastecimento, manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais do IFRN - Campus Nova Cruz em rede de estabelecimentos conveniados.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

NOME	MATRÍCULA
ARY TORRES DE ARAUJO NETO	1836860
POLLYANA SECUNDO DE OLIVEIRA FERREIRA	3010529

(assinado eletronicamente)
ARY TORRES DE ARAUJO NETO
Equipe de Planejamento - COSGEM/NC
Matrícula 1836860

(assinado eletronicamente)
POLLYANA SECUNDO DE OLIVEIRA FERREIRA
Equipe de Planejamento - DIAD/NC
Matrícula 3010529

APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar, considerando os elementos que caracterizam o objeto, a relevância e a necessidade da contratação, a aplicabilidade dos recursos públicos empregados, bem como os resultados esperados, conforme fundamentado nos autos.

Nova Cruz/RN, 24 de março de 2025.

(assinado eletronicamente)
ALLAN NILSON DE SOUSA DANTAS

Diretor-Geral
IFRN - *Campus* Nova Cruz
Portaria nº 2.304/2024 - RE/IFRN

Documento assinado eletronicamente por:

- Pollyana Secundo de Oliveira Ferreira, DIRETOR(A) - CD0004 - DIAD/NC, em 24/03/2025 13:54:32.
- Ary Torres de Araujo Neto, COORDENADOR(A) - FG0001 - COSGEM/NC, em 24/03/2025 14:02:03.
- Allan Nilson de Sousa Dantas, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/NC, em 25/03/2025 10:54:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 857386
Código de Autenticação: 8e16faad4b





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal/RN - CEP 59015-300
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

A-TR 8/2025 - DIAD/DG/NC/RE/IFRN

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 06/2025 (VERSÃO FINAL)

Processo: 23426.000288.2025-83

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frota de veículos, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para abastecimento, manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais do IFRN - Campus Nova Cruz em rede de estabelecimentos conveniados.

RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

NOME	MATRÍCULA
POLLYANA SECUNDO DE OLIVEIRA FERREIRA	3010529
ARY TORRES DE ARAUJO NETO	1836860

(assinado eletronicamente)

POLLYANA SECUNDO DE OLIVEIRA FERREIRA

Integrante Administrativo - DIAD/NC

Matrícula 3010529

(assinado eletronicamente)

ARY TORRES DE ARAUJO NETO

Equipe de Planejamento - COSGEM/NC

Matrícula 1836860

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Pelos poderes delegados a mim, **ALLAN NILSON DE SOUSA DANTAS**, Diretor-Geral do Campus Nova Cruz, através da PORTARIA Nº 2.304/2024 - RE/IFRN, de 23 de dezembro de 2024, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2024, **APROVO** o presente **Termo de Referência Nº 06/2025**, considerando que o objeto da contratação está claro e justificado; os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente relacionados e analisados; o modelo de prestação de serviços sugerido é apropriado e plenamente compatível com a Instituição, especialmente do ponto de vista legal. Considerando ainda a Lei complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, não ultrapassando os limites estabelecidos para o exercício, cumprindo fielmente aos artigos 15 e 16 da referida lei. Tal contratação é considerada como contratação rotineira do IFRN, uma vez que trata-se contratação de serviços sem mão de obra sendo, desse modo, planejado anualmente pelos *campi* do IFRN. Portanto, demonstra a viabilidade técnica e econômica da solução identificada, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Nova Cruz/RN, 22 de abril de 2025.

(assinado eletronicamente)

ALLAN NILSON DE SOUSA DANTAS

Diretor-Geral

IFRN - Campus Nova Cruz

Portaria Nº 2.304/2024 - RE/IFRN

Documento assinado eletronicamente por:

- Pollyana Secundo de Oliveira Ferreira, DIRETOR(A) - CD0004 - DIAD/NC, em 22/04/2025 10:30:17.
- Ary Torres de Araujo Neto, COORDENADOR(A) - FG0001 - COSGEM/NC, em 22/04/2025 11:23:37.
- Allan Nilson de Sousa Dantas, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/NC, em 22/04/2025 12:56:11.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 867991

Código de Autenticação: cab6fea609



Documento Digitalizado Público

TR N. 06_2025 - FINAL (APÓS AJUSTES DO JURÍDICO)

Assunto: TR N. 06_2025 - FINAL (APÓS AJUSTES DO JURÍDICO)
Assinado por: Pollyana Secundo
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original e Cópia

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Pollyana Secundo de Oliveira Ferreira, DIRETOR(A) - CD0004 - DIAD/NC**, em 22/04/2025 13:42:14.

Este documento foi armazenado no SUAP em 22/04/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2143637
Código de Autenticação: 3e3c01c439

